



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 05/02/2014 10:19:56, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0013358-66.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Fundação Getulio Vargas e Ibe Business Education de São Paulo Ltda**
 Requerido: **Luiz Carlos Inocente**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

IBE - Business Education de São Paulo Ltda. move ação em face de **Luiz Carlos Inocente**, dizendo que celebraram contrato de prestação de serviços educacionais em 29.8.2008, para que o réu cursasse a pós-graduação MBA em Gestão Financeira, controladoria e auditoria, turma 1, com carga horária de 432 horas/aula, a um custo de R\$ 19.725,00, sendo uma parcela de R\$ 789,00 com vencimento em 30.9.2008, mais 24 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 789,00, a partir de 30.10.2008. O réu frequentou normalmente as aulas, mas não cumpriu com o pagamento do preço a partir de 30.11.2008 até 31.11.2010, no importe de R\$ 25.981,21, já atualizados até 30.3.2012. Pede a procedência do pedido monitório para ao final ser constituído título executivo judicial em favor da autora no valor de R\$ 25.981,21, mais R\$ 5.196,24 a título de honorários advocatícios, incidindo correção monetária, juros de mora e custas processuais. Documentos às fls. 38/45.

O réu foi citado e ofereceu embargos monitórios (fls. 165/177) dizendo que pediu o trancamento da matrícula em dezembro de 2008. Posteriormente, verificou sua real impossibilidade de retornar às aulas por motivo financeiro e, em janeiro de 2010 pediu a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

rescisão do contrato, mas a autora negou-se a rescindi-lo exigindo o débito pretérito. Em 26.1.2010 o embargante pediu a redução da multa. A embargada respondeu-lhe que não seria possível essa redução e destacou que o trancamento da matrícula ocorre só na parte acadêmica, o que significa que o embargante teria a obrigação de pagar o curso normalmente. Trata-se de cláusula abusiva que ofende o CDC. Ora, se as prestações estavam em atraso desde 30.11.2008, qual a razão para a embargada deixar atingir o término do prazo do contrato para exigir as prestações em atraso? A cobrança das mensalidades do período em que a matrícula está trancada é proibida. O valor da multa é desproporcional. Várias foram as tentativas feitas pelo embargante para a resolução amigável da pendência. Chegou a realizar acordo com a embargada para pagar o débito em 4 parcelas de R\$ 1.365,00 cada uma e honorários advocatícios de R\$ 400,00. Pagou uma parcela e os honorários advocatícios, mas depois disso sua situação financeira não lhe permitiu continuar honrando com os pagamentos. Do total pleiteado da inicial, são devidos apenas os correspondentes a 3,89%, ou seja, R\$ 3.608,79, atinentes ao total da frequência no curso. Como já pagou R\$ 1.365,00 em 15.11.2009, seu débito se restringe a R\$ 2.043,78, que atualizado até 17.7.2013 passa a ser R\$ 2.222,10. Pede a procedência dos embargos monitórios para ser reconhecida a abusividade das cláusulas contratuais, condenando-se a embargada a lhe pagar a indenização prevista no artigo 940, do Código Civil. Documentos às fls. 180/198 e 200.

A embargada impugnou os embargos (fls. 204/220) dizendo que o embargante não faz jus à assistência judiciária gratuita. O embargante aderiu espontaneamente aos termos do contrato. O embargante quem a procurou para realizar o curso. Não negou o débito. O trancamento do curso não significa suspensão da obrigação do pagamento das prestações. O inadimplemento das obrigações causado pelo embargante decorreu de motivos pessoais do embargante, o que não o exime de atender as obrigações contratuais. Os embargos monitórios não servem para se pleitear a proclamação de nulidade de cláusula contratual, exigindo ação específica. Não foi celebrado nenhum acordo entre as partes. Não existe documento pertinente a alegada transação. Os recibos de fls. 190/192 não contêm a assinatura da embargada. Improcedem os embargos.

A proposta de fls. 82/83 foi ignorada pela embargada.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso I, do artigo 330, do CPC,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

mesmo porque as provas essenciais do litígio são documentais e estão nos autos.

Nos embargos monitórios é dado ao embargante questionar cláusulas contratuais pugnando pela sua nulidade. O próprio juiz pode, de ofício, proclamar nulidade de negócio jurídico quando a matéria for de ordem pública.

Incontroverso que o CDC se aplica à espécie. As partes celebraram contrato de prestação de serviços educacionais de fls. 39/42, obrigando-se a embargada a fornecer ao embargante o curso de pós-graduação MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria. O histórico parcial de fl. 43 revela que o embargante teve 100% de frequência nos meses de novembro e dezembro/2008, 50% em setembro/08 e compareceu no único dia de aula de agosto/08. Não frequentou os demais períodos. O demonstrativo do débito de fl. 45 incluiu a multa de 2%, juros de mora, encontrando como débito R\$ 25.981,21. Além da multa de 2%, a embargada aplicou a multa compensatória de 20% prevista na cláusula 5ª de fl. 41. Na referida planilha consta que a dívida sem essa multa seria de R\$ 19.750,00.

Incontroverso também que o embargante trancou o curso em dezembro de 2008. Posteriormente, tentou a rescisão do contrato. Consta do parágrafo 5º, da cláusula 4ª (fl. 40) que "o pagamento dos valores previstos nessa cláusula será devido independentemente do comparecimento do aluno às aulas, inclusive nos casos de trancamento previstos no regulamento FGV...".

O embargante tentou transigir sobre os valores das obrigações previstas no contrato. Apesar da tentativa da embargada de negar a celebração da transação, esta aconteceu conforme se colhe dos e-mails de fls. 181/195. O embargante sustentou ter celebrado o acordo para pagamento da obrigação em 4 parcelas de R\$ 1.365,00, além de honorários advocatícios devidos à empresa Avocar Assessoria e Cobrança Ltda. no importe de R\$ 400,00. O e-mail de fl. 187, remetido pela embargada (representada pela cobradora ali identificada), atribuiu certeza à alegação do embargante. A representante da embargada confirmou ter recebido R\$ 400,00 a título de honorários advocatícios e a primeira parcela de R\$ 1.365,00. Na data do e-mail, a embargada destacou que o embargante já estava em atraso com a obrigação vencida em 15.12.2009.

Apesar da embargada infundadamente alegar, beirando à má-fé, que não firmou acordo com o embargante e nem assinou os recibos de fls. 190/192, não negou autoria do e-mail de fl. 187, cujo contexto confirma o recebimento dos valores de fls. 190/192. Anoto que a embargada quem descreveu os cheques indicados às fls. 190/192, os quais lhe foram entregues e, consequentemente, aproveitados integralmente por ela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A embargada não pode tirar proveito da própria malícia. A transação celebrada se circunscreve aos valores identificados a fl. 187. Não consta que tenham inserido nessa transação cláusula prevendo o revigoramento da dívida originária, com dedução dos valores parcialmente pagos. A embargada não negou a legitimidade da Avocar para representá-la nessa transação.

Inquestionável a licitude dos termos da transação. Foi documentada através dos e-mails, satisfazendo assim a forma escrita exigida pelo artigo 842, do Código Civil.

Não custa lembrar que o STJ tem entendimento (REsp n. 1.081.936/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, j. 18.11.2008) no sentido de que "... tem-se por nula de pleno direito, nos ditames do artigo 51, § 1º, III, do CDC, a cláusula contratual que prevê a cobrança das mensalidades correspondentes ao período semestral em que solicitado o trancamento da matrícula. Ao trancar a matrícula, o aluno fica fora da faculdade, não frequenta aulas e não participa de nenhuma atividade relacionada com o curso, de modo que não pode ficar refém da instituição e ver-se compelido a pagar por serviços que não viria receber, para poder se afastar temporariamente da universidade". Por esse entendimento do STJ apura-se a abusividade do comportamento contratual da embargada ao sustentar que o trancamento da matrícula não suspendia a exigibilidade mensal e consecutiva das prestações contratuais. Havendo trancamento impõe-se automaticamente a suspensão da exigibilidade. Esse fato já seria suficiente para descartar a incidência da multa e juros moratórios computados a fl. 45.

Outra abusividade cometida pela embargada reside no fato de, não satisfeita com a multa moratória de 2% (também indevidamente aplicada a fl. 45), ter incluído multa de 20% no cálculo, entretanto, a cláusula 5ª de fl. 41 é abusiva, já que na espécie é nítido o seu viés moratório. Compensatória seria se apenas o seu valor fosse exigido do embargante, com desprezo à quantia correspondente as prestações cuja exigibilidade ficou suspensa.

O mais importante pois é que as partes transigiram e o embargante deu mostras de aceitação aos termos oferecidos pela embargada ao lhe efetuar os pagamentos de R\$ 400,00 (fls. 190/191) e R\$ 1.365,00 (fl. 192). Segue-se que a dívida do embargante em favor da embargada se restringe a 3 parcelas mensais de R\$ 1.365,00 cada uma, com vencimentos verificados em 15.12.2009, 15.01.2010, 15.02.2010, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde o vencimento de cada uma. A multa moratória de 2% não foi prevista na transação celebrada através da troca de e-mails. Não é caso de se aplicar o parágrafo único, do artigo 42, do Código Civil, e menos ainda o artigo 940, do CC, pois o embargante não pagou nenhuma quantia indevida à embargada, e o que foi por esta exigido, embora reconhecido o excesso, não dá



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

margem à aplicação de qualquer penalidade à embargada pois esta não agiu com dolo, requisito indispensável para a aplicação daquela, entendimento consagrado em Súmula pelo STF e adotado de modo unânime pelo STJ.

JULGO PROCEDENTES EM PARTE os embargos monitórios para reconhecer que o embargante deve para a embargada, R\$ 4.095,00, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde o vencimento de cada uma das parcelas de R\$ 1.365,00, indicadas no último parágrafo da fundamentação. Houve recíproca sucumbência, por isso cada parte arcará com o custo de seu advogado.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à autora-embargada para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos dos artigos 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intime-se o réu-embargante para, em 15 dias, pagar o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do referido débito, bem como 1% de custas ao Estado. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, efetuar-se o bloqueio de ativos. A intimação far-se-á nos termos do § 1º, do artigo 475-J, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA